



## Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- Atos Normativos
- Dados estatísticos de Fiscalização

## Destaque da Semana

### [Construtora não pagará por lavagem de uniforme de carpinteiro](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/03/2019

A Construtora Edisul Ltda., de Porto Alegre (RS), conseguiu, em recurso para o Tribunal Superior do Trabalho, afastar a condenação ao ressarcimento dos custos com a lavagem do uniforme de um carpinteiro. Para a Terceira Turma do TST, a indenização é indevida porque o empregado utilizava roupas comuns.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

### [STF recebe ação contra medida provisória de combate a fraudes no INSS](#)

Supremo Tribunal Federal - 11/03/2019

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6096) para questionar dispositivos da Medida Provisória (MP) 871/2019, que dispõe sobre a instituição de Programa Especial para Análise de Benefícios da Previdência Social. O programa, segundo a MP, deverá vigorar até 31/12/2020, podendo ser prorrogado por mais dois anos, e tem o objetivo de analisar processos que apresentem indícios de irregularidade e potencial risco de gastos indevidos na concessão de benefícios pelo INSS. A medida também prevê a revisão de benefícios por incapacidade e outros de natureza previdenciária, assistencial, trabalhista ou tributária.

### [Fábrica de biscoitos é condenada por exigir certidão de antecedentes criminais na admissão](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/03/2019

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o dano moral sofrido por um ajudante de produção que, para ser contratado pela M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, fábrica de biscoitos e massas do Ceará, teve de apresentar certidão de antecedentes criminais e folha criminal. Ao acolher recurso do empregado, a Turma condenou a empresa a pagar indenização de R\$ 5 mil.

### [TST afasta penhora sobre parte da aposentadoria de sócio de empresa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/03/2019

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho deu provimento ao recurso de um ex-sócio da Sisal Construtora Ltda., de Salvador (BA), que teve parte de sua aposentadoria bloqueada para saldar dívidas trabalhistas. Segundo o colegiado, mesmo em se tratando de execução trabalhista, a penhora foi ilegal e arbitrária.

### [Retenção de carteira de trabalho três anos após a morte de empregado afeta direito dos herdeiros](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/03/2019

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Comércio de Casas Pré-Fabricadas Jaraguá Ltda., microempresa de Jaraguá do Sul (SC), por ter retido por mais de três anos a carteira de trabalho de um carpinteiro falecido. Na decisão, a Turma considerou que a retenção, ao impossibilitar aos herdeiros receber os créditos decorrentes da relação de emprego, caracterizou dano passível de indenização, fixada em R\$ 20 mil.

### [Professora obtém rescisão do contrato por descumprimento de obrigação contratual](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/03/2019

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a rescisão indireta do contrato de trabalho de uma professora universitária de São Paulo (SP) em razão do não recolhimento do FGTS pelo Instituto Santanense de Ensino Superior. A rescisão indireta, que ocorre quando é constatada falta grave do empregador, permite ao empregado encerrar o contrato de trabalho sem perder o direito às parcelas rescisórias devidas na dispensa sem justa causa.

### [Execução é direcionada a tomadora de serviço antes de alcançar sócio da prestadora](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/03/2019

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que a execução do crédito decorrente da condenação da microempresa Sanitas – Terceirização e Serviço em reclamação trabalhista ajuizada por uma ajudante geral não precisa ser direcionada aos sócios antes de atingir a tomadora de serviços – no caso, a Cia. Brasileira de Distribuição, grupo que engloba os hipermercados Extra e Pão de Açúcar, entre outras marcas.

### [Grupo tripartite discute alterações da NR 24](#)

Fundacentro - 15/03/2019

O Grupo de Trabalho da NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho se reuniu na Fundacentro, em São Paulo/SP, nos dias 12 e 13 de março. O objetivo foi discutir os últimos quatro itens da norma regulamentadora, de forma mais aprofundada, para concretizar a revisão.

### [Marinho diz que Nova Previdência cria sistema mais justo](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 15/03/2019

O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, destacou, nesta sexta-feira (15), que a proposta da Nova Previdência prevê um sistema mais justo. “Um dos pilares da Nova previdência é: quem tem mais, contribui com mais, quem tem menos, contribui com menos”, disse ele, ao participar de seminário sobre a Nova Economia Liberal, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro (RJ).

### [Previdência Social registra déficit de R\\$ 13,8 bilhões em janeiro](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 11/03/2019

O Regime Geral de Previdência Social registrou déficit de R\$ 13,8 bilhões no último mês de janeiro, uma queda de 9,4% em relação ao mesmo mês do ano passado. A diferença é resultado de uma arrecadação de R\$ 32,3 bilhões e de uma despesa de R\$ 46,1 bilhões. A arrecadação teve aumento de 8,9%, se comparada a janeiro de 2018, e a despesa subiu 2,7% – passou de R\$ 44,9 bilhões para R\$ 46,1 bilhões em janeiro deste ano. Os números estão corrigidos pelo INPC.

### [MPT recebe diretor da Universidade das Nações Unidas](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/03/2019

Com o intuito realizar pesquisa sobre iniciativas de promoção da meta 8.7 (trabalho forçado) dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil, o diretor do Centro para Pesquisa de Políticas da Universidade das Nações Unidas (UNU), James Cockayne, e a pesquisadora Julie Oppermann, participaram de reuniões com o MPT e diversas instituições na Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT).

### [Procurador-geral visita ministro da Justiça e Segurança Pública](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/03/2019

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, recebeu na manhã desta quinta-feira (14) a visita do procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT), Ronaldo Fleury. A audiência teve como foco estimular parcerias em áreas afins e tratar de assuntos como o combate à corrupção na terceirização.

### [Assédio moral no trabalho está mais próximo de se tornar crime](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/03/2019

Ofender reiteradamente a dignidade de alguém, causando dano ou sofrimento físico ou mental, no exercício de emprego, cargo ou função, é assédio moral no trabalho. De 2012 a 2018, o Ministério Público do Trabalho recebeu um total de 29.179 denúncias, ajuizou 817 ações e firmou 2961 termos de ajustamento de conduta (TACs) somente sobre esse tema.

### [Bloco da Minoria na Câmara traça estratégias de enfrentamento à Reforma da Previdência e à MP 873-2019](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 14/03/2019

O bloco da Minoria da Câmara dos Deputados convidou o movimento sindical de trabalhadores privados e públicos e os movimentos sociais para discutir estratégias de enfrentamento à Reforma da Previdência – PEC 6/2019 e à MP 873/2019. A reunião nesta quarta-feira, 13 de março, contou ainda com representantes do movimento estudantil e deputados. As diretoras do SINAIT Ana Palmira Arruda Camargo e Vera Jatobá representaram o Sindicato na reunião.

### [Quarta ação contra MP da contribuição sindical chega ao Supremo](#)

Consultor Jurídico - 14/03/2019

Mais uma ação contra a Medida Provisória 873, que acabou com o desconto em folha da contribuição sindical, chegou ao Supremo Tribunal Federal nesta quinta-feira (14/3). Dessa vez, o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal do Pará e Amapá afirma que a norma afrontou dispositivos da lei dos servidores públicos (Lei 8.112).

## Atos Normativos

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 61, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019](#) (DOU de 11/03/2019 Seção I Pág. 16) - Construção Imobiliária. Venda de Unidades Habitacionais prontas. Pagamento Unificado de Tributos no Âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Dispensa de Incorporação Imobiliária e de Constituição de Patrimônio de Afetação;

[DECRETO Nº 9.723, DE 11 DE MARÇO DE 2019](#) (DOU de 12/03/2019 Seção I Pág. 02) - Altera o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, o Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e o Decreto nº 9.492, de 5 setembro de 2018, para instituir o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo da apresentação de outros documentos do cidadão no exercício de obrigações e direitos ou na obtenção de benefícios e regulamentar dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017;

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 824, DE 11 DE MARÇO DE 2019](#) (DOU de 12/3/2019 Seção I Pág. 11) - Dispõe sobre o funcionamento de unidades de atendimento do SINE durante a transição da modalidade de convênios para a de transferência automática entre fundos do trabalho, de que trata a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, para execução das ações e serviços disponíveis na Rede do Sistema Nacional de Emprego - SINE;

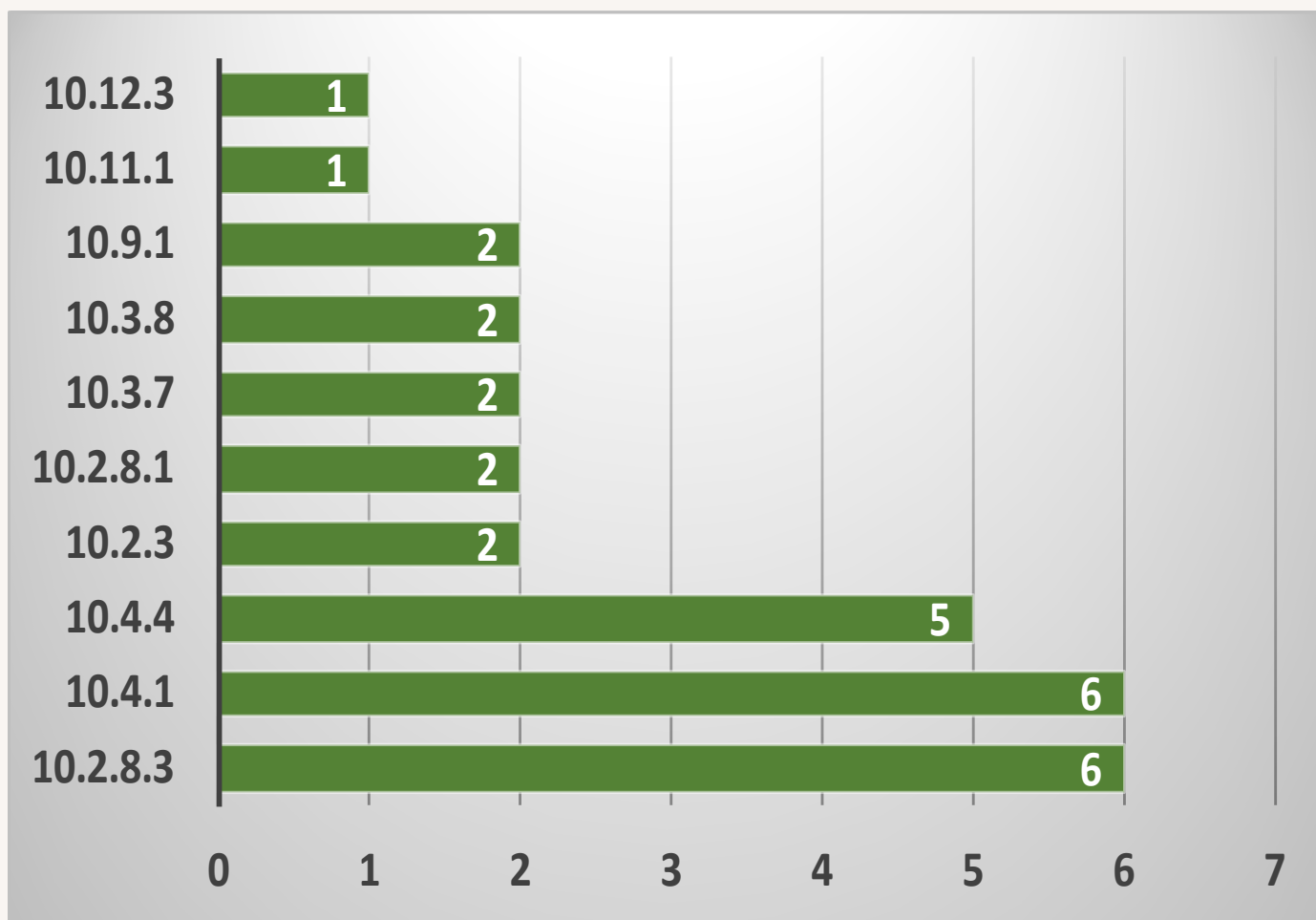
[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 8 DE MARÇO DE 2019](#) (DOU de 12/03/2019 Seção I Pág. 12) - Altera o Manual de Registro de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, aprovado pela Instrução Normativa DREI nº 38, de 2 de março de 2017;

[PORTARIA Nº 85, DE 12 DE MARÇO DE 2019](#) (DOU de 13/3/2019 Seção I Pág. 14) - Suspende os efeitos da Portaria MTE nº 1.565 de 13 de outubro de 2014 em relação à COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA, em razão do provimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, no âmbito do processo 10334525- 06.2018.4.01.0000, pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região;

[SÚMULA TNU Nº 87, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019](#) (DOU de 14/03/2019 Seção I Pág. 110) - A eficácia do EPI não obsta o reconhecimento de atividade especial exercida antes de 03/12/1998, data de início da vigência da MP 1.729/98, convertida na Lei n. 9.732/98;

## Dados Estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora 10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) mais capitulados como “Interdição” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

\***Interdição** : É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os artigos da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades de itens encontrados nos canteiros de obra da Indústria da Construção, por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

## Dados Estatísticos de Fiscalização

**10.2.8.3** O aterramento das instalações elétricas deve ser executado conforme regulamentação estabelecida pelos órgãos competentes e, na ausência desta, deve atender às Normas Internacionais vigentes.

**10.4.1** As instalações elétricas devem ser construídas, montadas, operadas, reformadas, ampliadas, reparadas e inspecionadas de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores e dos usuários, e serem supervisionadas por profissional autorizado, conforme dispõe esta NR.

**10.4.4** As instalações elétricas devem ser mantidas em condições seguras de funcionamento e seus sistemas de proteção devem ser inspecionados e controlados periodicamente, de acordo com as regulamentações existentes e definições de projetos.

**10.2.3** As empresas estão obrigadas a manter esquemas unifilares atualizados das instalações elétricas dos seus estabelecimentos com as especificações do sistema de aterramento e demais equipamentos e dispositivos de proteção.

**10.2.8.1** Em todos os serviços executados em instalações elétricas devem ser previstas e adotadas, prioritariamente, medidas de proteção coletiva aplicáveis, mediante procedimentos, às atividades a serem desenvolvidas, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores.

**10.3.7** O projeto das instalações elétricas deve ficar à disposição dos trabalhadores autorizados, das autoridades competentes e de outras pessoas autorizadas pela empresa e deve ser mantido atualizado.

**10.3.8** O projeto elétrico deve atender ao que dispõem as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho, as regulamentações técnicas oficiais estabelecidas, e ser assinado por profissional legalmente habilitado.

**10.9.1** As áreas onde houver instalações ou equipamentos elétricos devem ser dotadas de proteção contra incêndio e explosão, conforme dispõe a NR 23 – Proteção Contra Incêndios.

**10.11.1** Os serviços em instalações elétricas devem ser planejados e realizados em conformidade com procedimentos de trabalho específicos, padronizados, com descrição detalhada de cada tarefa, passo a passo, assinados por profissional que atenda ao que estabelece o item 10.8 desta NR.

**10.12.3** A empresa deve possuir métodos de resgate padronizados e adequados às suas atividades, disponibilizando os meios para a sua aplicação.

### EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico